



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº /2026

(Do Sr. Deputado Inácio Arruda)

Requer a realização de Audiência Pública em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Cidade.

Senhor Presidente,

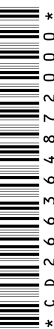
Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de **Audiência Pública**, em comemoração aos **25 anos do Estatuto da Cidade** (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que são comemorados no **dia 10 de julho**, com o objetivo de promover um amplo debate sobre os avanços, desafios e perspectivas da política urbana brasileira.

Para tanto, sugere-se o convite a representantes das seguintes instituições:

1. Representante do **Ministério das Cidades**;
2. Representantes dos **órgãos e entidades integrantes da 6ª Gestão do Conselho das Cidades**, conforme anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da PORTARIA SE/MCID Nº 655, DE 9 DE JUNHO DE 2026;
3. Representante do **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU)**;
4. Representante do **Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)**;
5. Representante do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)**;
6. Representante do **Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)**;
7. Representante do **Observatório das Metrôpoles**;
8. Presidente da **Caixa Econômica Federal**; e
9. Representante do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** com atuação na área de desenvolvimento urbano.

JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto da Cidade representa um dos mais importantes marcos legais da política urbana nacional, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelecendo diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano sustentável, a função social da propriedade e o direito à cidade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao longo de seus 25 anos de vigência, a legislação contribuiu para fortalecer os instrumentos de planejamento urbano, ampliar a participação social na gestão das cidades e oferecer mecanismos para enfrentar problemas históricos relacionados à ocupação do solo, à mobilidade urbana, à habitação, ao saneamento básico e à inclusão social.

Entretanto, os desafios urbanos permanecem significativos. O crescimento acelerado dos centros urbanos, as desigualdades territoriais, os impactos das mudanças climáticas, o déficit habitacional e a necessidade de modernização dos instrumentos de gestão urbana exigem uma reflexão aprofundada sobre a efetividade da legislação e sobre os caminhos para seu aperfeiçoamento.

Nesse contexto, a realização de uma Audiência Pública comemorativa permitirá reunir representantes do poder público, dos movimentos sociais e dos setores envolvidos no desenvolvimento urbano para avaliar os resultados alcançados e discutir propostas para o futuro das cidades brasileiras.

Diante da relevância do tema para o desenvolvimento urbano sustentável e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às cidades brasileiras, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de 2026.

Deputado Inácio Arruda
PCdoB/CE

